



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Timóteo – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Timóteo	27
3.1	Caracterização Geral	27
3.2	Análise Temática	37
3.3	Clipping de Notícias	106
3.4	Textos Acadêmicos	110
4	Síntese do diagnóstico	114
4.1	Turismo	114
4.2	Cultura	114
4.3	Esporte e Lazer	116
5	Avaliação de Impactos	120
5.1	Metodologia	120
5.2	Resultados	141
6	Créditos e Referências	149
	Entrevistados no Município	149
	Equipe Técnica	149

Referências	153
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de Localização município de Timóteo	32
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Timóteo.....	41
Figura 8 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	69
Figura 9 Escola Estadual Getúlio Vargas	79
Figura 10 Escola Estadual Percival Farquhar.....	80
Figura 11 Chafariz e Olhos d'Água.....	81
Figura 12 Antiga Escola Técnica de Metalurgia	82
Figura 13 Corporação Musical Santa Cecília	83
Figura 14 Festival Grito do Rock	83
Figura 15 2ª Chamada de Afoxé. Timóteo, 2012.....	84
Figura 16 Apresentações de grupos de Congado de Timóteo	85
Figura 17 Feira Metropolitana de Artesanatos de Timóteo.....	86
Figura 18 Aulas de música da Fundação Emalto	87

Figura 19 Cantata de Natal (2012) e show de fogos de artifício (2015). Fundação Aperam Acesita.....	88
Figura 20 Oficinas de teatro do Grupo Pirilampo.....	89
Figura 21 : Representação teatral religiosa na Festa de São Sebastião.....	90
Figura 22 Festa do Rosário com apresentação de Congado	90
Figura 23 Tapetes de Corpus Christi.....	91
Figura 24 Escola de Samba Bocas Brancas, campeã do Carnaval 2010	91
Figura 25 Encontro de Motociclistas, 2015.....	92
Figura 26 Cartaz Fest Country 2016	92
Figura 27 Romaria Ecológica do Parque do Rio Doce	93
Figura 28 Nuvem de termos referente ao clipping de Timóteo	110
Figura 29 Modelo de Gráfico de Radar	126
Figura 30 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos.....	127
Figura 31 Classificação da Significância de Impactos.....	128

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Timóteo.....	36
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	142
Gráfico 3 Impacto ambiental e na paisagem	144
Gráfico 4 Impacto econômico no setor de turismo	145

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
Tabela 2 Taxa de urbanização de Timóteo e de Minas Gerais (%)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Timóteo e de Minas Gerais	30
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Timóteo e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Timóteo e de Minas Gerais (2010 – 2013)	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	37
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Timóteo.....	39
Tabela 8 Meios de Hospedagem em Timóteo	51
Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Timóteo	52
Tabela 10 Agências de turismo no município de Timóteo	62
Tabela 11 Locais e templos de fé de Timóteo	62
Tabela 12 Atrativos Naturais	66
Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Timóteo, 2014-2015	75
Tabela 14 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Timóteo, 2007-2013.....	76
Tabela 15 Museus, galerias e demais espaços expositivos	78
Tabela 16 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	102
Tabela 17 Clipping de notícias - Timóteo	107
Tabela 18 Síntese de Citações.....	111
Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	121
Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	123

Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	146
Tabela 22 - Listagem de participantes de reunião institucional em Timóteo	149
Tabela 23 Equipe Técnica	149

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Timóteo, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Timóteo aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Timóteo/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Timóteo. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Timóteo

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Timóteo está localizado no Vale do Rio Doce, área na qual se deu um dos maiores massacres aos índios do processo de colonização europeia no país (IBGE, 2016; TIMÓTEO, 2016).

Em 1832, os aldeamentos indígenas já não mais compunham a localidade, dando espaço para que os primeiros fazendeiros ali se instalassem. O precursor foi Francisco de Paula e Silva Santa Maria, estando suas terras situadas no chamado Ribeirão de Timóteo (IBGE, 2016; TIMÓTEO, 2016).

A localidade, já à época denominada Timóteo, viria a se tornar distrito em 1938, através do Decreto Estadual nº 148. Com terras desmembradas dos distritos de Jaguarassú e São Domingos do Prata, Timóteo e os mesmos estavam subordinados ao município de Antônio Dias.

Em 1948, porém, por meio da Lei Estadual nº 336, Timóteo passou a ser distrito de Coronel Fabriciano, elevando-se à categoria de município somente em 1962 com a Lei Estadual nº 2.764 (IBGE, 2016; TIMÓTEO, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Timóteo possui área de 144.381 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Ipatinga. Sua temperatura média é de 27° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Bom Jesus do Galho, Antônio Dias, Caratinga, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Jaguarauçu e Marliéria. Já seus distritos são Timóteo e Cachoeira do

Vale. Timóteo conta com o distrito de Cachoeira do Vale (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se a população de Timóteo em 2016 era de 88.255 pessoas e sua densidade demográfica de 562.70 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Timóteo foi de 2,29%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,29%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 99,76%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 99,85%, em 2010. Valor menos elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Timóteo é um município predominantemente urbano, apresentando apenas resquícios de localidades rurais.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Timóteo e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Timóteo	População urbana	94,34	99,76	99,85
	População rural	5,66	0,24	0,15
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Timóteo era composta por 48,24% de homens e 51,76% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Timóteo, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 13,32%, em 1991, para 5,53%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (5,7%, em 1991, para 18,9%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (17,17%, em 1991, para 32,55%, em 2010). Porém, observa-se que, em 2010, 11,61% da população de Timóteo possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Timóteo possuem maior escolaridade, além do percentual da população que completou mais anos de estudo ser superior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Timóteo, no ano 2000, a razão de dependência foi de 47,07%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 40,8%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 7,26% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Timóteo e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Timóteo	Razão de dependência	57,47%	47,07%	40,80%
	Taxa de envelhecimento	3,42%	4,97%	7,26%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Timóteo e o estado, especialmente naquilo que se refere à razão de dependência.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Timóteo se dá pelas vias terrestre e ferroviária. O município conta com a Rodoviária de Timóteo⁸ e com a Estação Ferroviária Mário Carvalho⁹, sendo esta última pertencente à Estrada de Ferro Vitória a Minas. Ambas são administradas pela iniciativa privada, encontrando-se em estado regular e bom de conservação, respectivamente.

Timóteo é atendido pela BR-381, situando-se a 196 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (23 Km) e Coronel Fabriciano (10 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Univale, Viação Rio Doce e Gontijo (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

8 Endereço: Rua Oito de Dezembro, S/N, Centro Norte. CEP: 35180-000; Telefone: (31) 3849.1633.

9 Endereço: Br-381, Nova Esperança, nº2. CEP: 35181105; Telefone: (31) 3848.8017.

Em Ipatinga se encontram os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que o município conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Timóteo conta com as empresas Tim, Oi, Claro e Vivo como as operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui uma emissora de rádio.

A Figura 6, abaixo, aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Timóteo.

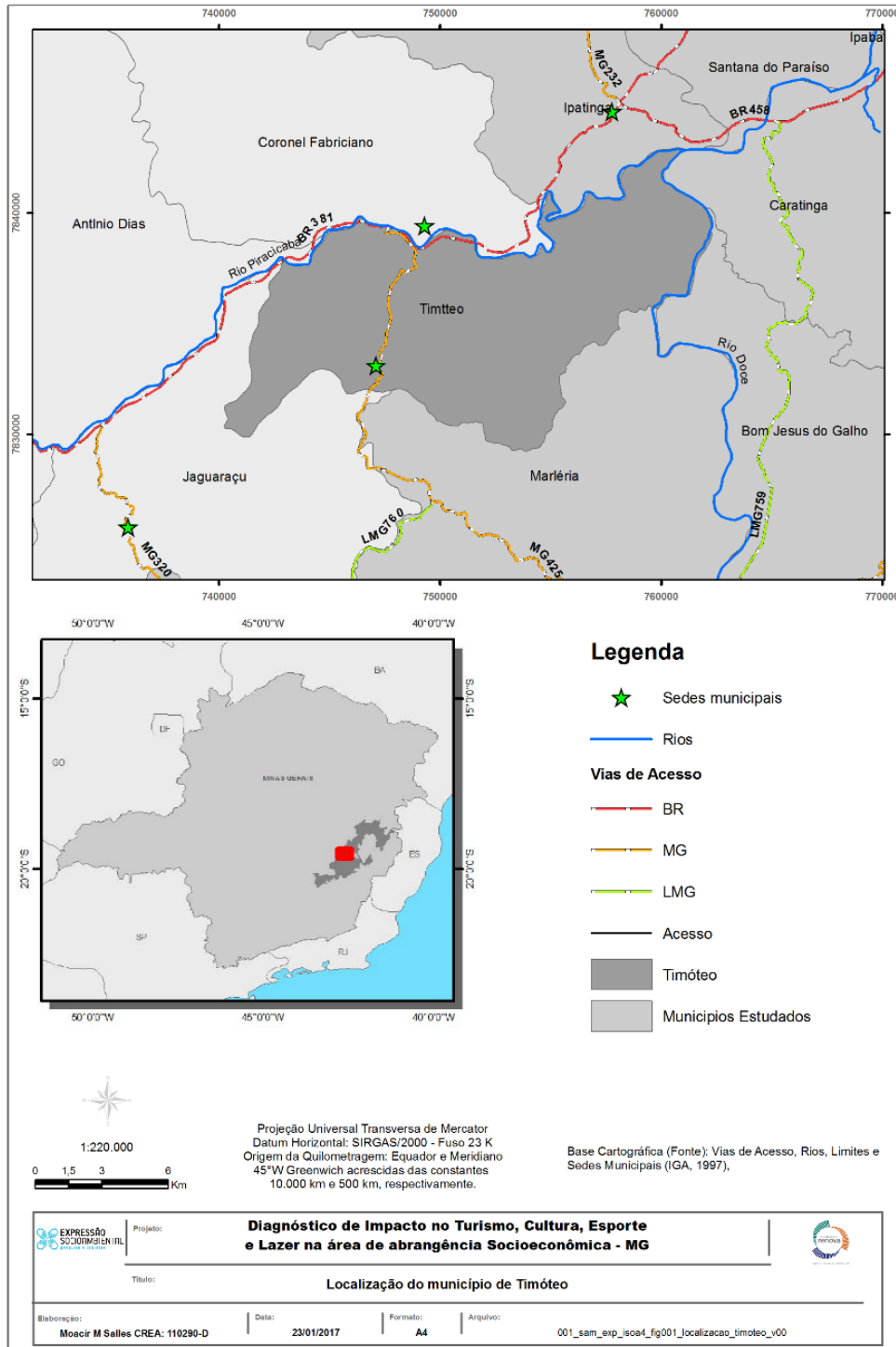


Figura 6 Mapa de Localização município de Timóteo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Timóteo, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,187 do IDHM total, 0,336 do IDHM longevidade, 0,077 no IDHM renda e 0,094 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Timóteo e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Timóteo	0,583	0,695	0,770	0,406	0,598	0,742	0,759	0,811	0,836	0,643	0,691	0,737
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Timóteo foi de 0,770 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, a ausência de evolução significativa registrada nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,643 para 0,737.

No entanto, observa-se que o IDHM de Timóteo se manteve constantemente acima do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Timóteo, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 0,5%, entre 2010 e 2011, para 4,8%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 0,1% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Timóteo cresceu significativamente menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Timóteo e de Minas Gerais (2010 – 2013)

	2011		2012		2013	
Timóteo	2.902.847	0,5	2.752.114	-5,2	2.882.951	4,8
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

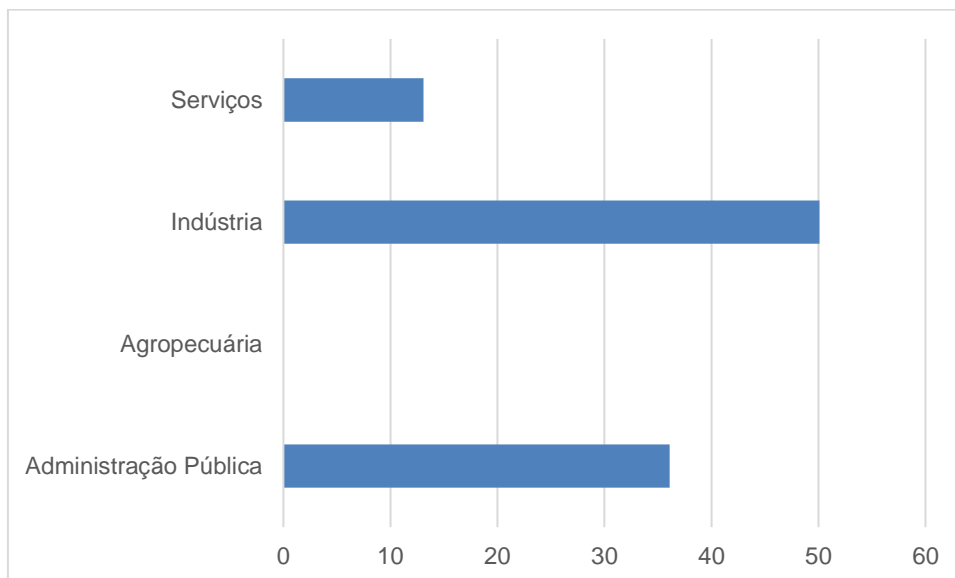
No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$35.595,16, em 2010, e R\$33.517,23, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é superior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Timóteo encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 36,1% e 13,1%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Timóteo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 50,08% e 0,03%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Timóteo possuía 25.588 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 28.075 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Timóteo	25.588	28.075
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 144 empregos em 29 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, emprega 5,46 mil em 157 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 2,01 mil pessoas em 4 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Timóteo conta com Plano Diretor (Lei nº 2.500/2004) e Lei Orgânica (Lei nº 1.150/1990).

Quanto ao meio ambiente, o município possui: Política Municipal de Saneamento Ambiental (Lei nº 3.193/2011), Programa Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 2.844/2008), Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 2.121/1999) e Política Municipal de Saneamento Básico (Lei nº 3.124/2010).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Timóteo. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se,

ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas¹⁰. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Timóteo para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Timóteo, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 128 bens, serviços e atrativos nesse município.

¹⁰ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Timóteo

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	61
Equipamento de hospedagem	5
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	40
Transporte	3
Locais/templos de manifestação de fé	9
Serviços e equipamentos para eventos	2
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	22
Meios de Comunicação	6
Equipamentos Culturais	16
Equipamentos de Esporte e Lazer	17
Equipamentos de Esporte e Lazer	17
Atrativos	16
Atrativo natural	2
Atrativo cultural	14
Diversidade Cultural	12
Grupos Culturais	4
Calendário Cultural	8
Gastronomia	0
Total	128

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

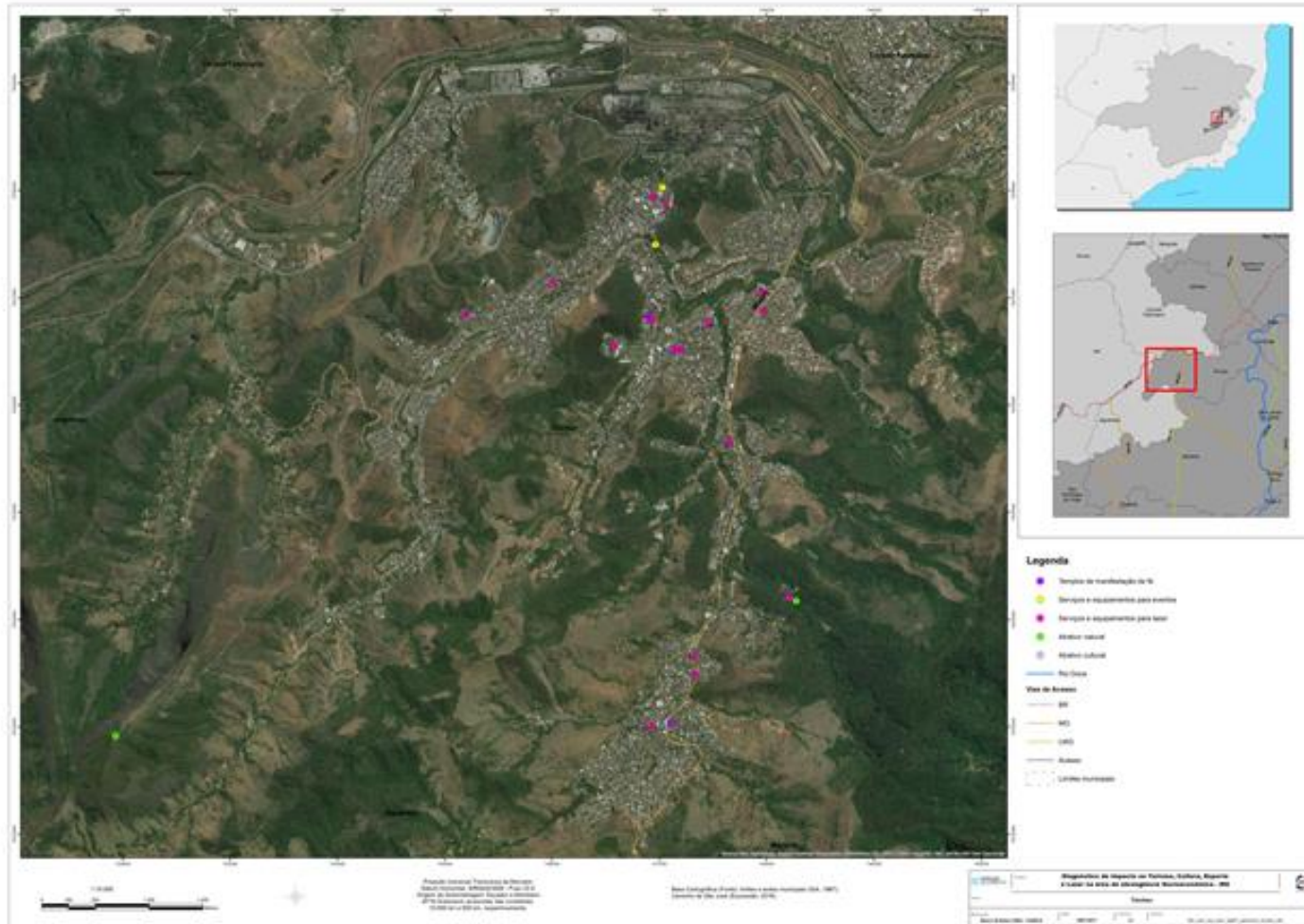


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Timóteo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de um órgão específico para o setor, um Conselho, um Fundo e um Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do

Município¹¹". Esta variável se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. A sua análise possibilita notar que "Timóteo em 2012, não estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério "Turismo" foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Timóteo não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural" (FJP, 2013).

A gestão da política de turismo no município é uma atribuição da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Econômico. Portanto, de órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais. Na Lei nº 3.418/2015, que estabelece a organização administrativa de Timóteo, consta dentre as atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Econômico, a direção e o assessoramento ao Prefeito no planejamento, execução, coordenação e controle do "... desenvolvimento econômico sustentável do Município concernentes às políticas econômicas, industriais, comerciais, de serviços, turismo e agricultura...". A referida Lei estabelece em seu artigo 3º os cargos relacionados à estrutura organizacional da Administração Pública Municipal. Dentre esses consta, subordinado ao gerente de Desenvolvimento Econômico I, o coordenador de Estratégias de Desenvolvimento ao Turismo. No Artigo 9º, Inciso XII da Lei em tela, o apoio ao ecoturismo aparece como uma das atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Econômico.

No parágrafo 14 do Artigo 90 da Lei nº 3.418/2015 definem-se as atribuições da Coordenadoria de Estratégias de Desenvolvimento ao Turismo, a saber:

11 O indicador "Organização Turística do Município" busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- I. Supervisionar as ações com entidades governamentais e de representação comercial, industrial e de prestação de serviços, visando ampliações e desenvolvimento do turismo;
- II. Gerenciar a elaboração de projetos para a obtenção de recursos junto aos órgãos estaduais, federais, e ONG's, no âmbito do turismo;
- III. Elaborar políticas públicas de estímulo e fomento do turismo no Município;
- IV. Incrementar a cadeia de fomento ao turismo;
- V. Dar suporte e incentivo à criação e manutenção de infraestrutura ao turismo;
- VI. Promover a realização de cursos e palestras, em convênio com entidades públicas e privadas, que visem aprimorar o setor de turismo;
- VII. Coodenar, apoiar e desenvolver política de Ecoturismo e de desenvolvimento econômico sustentável;
- VIII. Dirigir os trabalhos de planejamento, organização, fomento e execução de políticas públicas de incentivo ao turismo no âmbito do Parque Estadual do Rio Doce. (TIMÓTEO, 2015).

Embora a política de turismo esteja contemplada dentre as funções administrativas da Prefeitura Municipal de Timóteo, esta não dispõe de um Plano Municipal de Turismo, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística local.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico.
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;

- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, como principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo. O COMTUR foi instituído pela Lei nº 3.301, de 27 de maio de 2013. Este é consultivo, deliberativo e de composição paritária, sendo seis representantes do poder público e seis representantes da sociedade civil. A seguir apresenta-se a composição do COMTUR:

I – Quatro (04) representantes do Executivo Municipal, sendo obrigatória a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho e Emprego;

II – Um (01) representante do setor hoteleiro;

III – Um (01) – representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF;

IV – Um (01) representante da Fundação APERAM South América;

V – Um (01) representante da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços - ACIATI;

VI – Um (01) representante da Câmara Municipal de Timóteo;

VII – Um (01) representante da Fundação EMALTO;

VIII – Um (01) representante da Fundação Vovô Azevedo;

IX – Um (01) representante do Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas, ao qual o Município é conveniado.

Porém, o gestor público entrevistado informou que o COMTUR se encontra inativo. Ressalta-se que, segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização

administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

O município possui um Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR de natureza especificamente contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho e Emprego, instituído pela Lei nº 3.301, de 27 de maio de 2013, a mesma que criou o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. As receitas que constituem o FUMTUR, segundo seu Art. 7º são:

- I – A venda de publicações editadas pelo COMTUR;
- II – Os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
- III – As doações de pessoas físicas e ou jurídicas;
- IV – As contribuições de qualquer natureza, sejam estas públicas ou privadas;
- V – Os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VI – O produto de operações de crédito, realizados pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;
- VII – Os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- VIII – Outras rendas eventuais.

O FUMTUR foi criado visando ao fomento das atividades relacionadas ao turismo, à melhoria da infraestrutura urbana e rural, ao treinamento e capacitação de membros e órgãos vinculados à atividade turística, à criação e manutenção de serviços de apoio ao turismo.

Também, prevê-se em seu Artigo 10º que o COMTUR poderá abrir pelo menos um Edital por ano para a apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMTUR.

O município também dispõe de uma Legislação sobre a implementação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Rural, instituída pela Lei nº 3.088, de 26 de julho de 2010. Segundo seu Artigo 2º, são diretrizes:

Art. 2º São diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Rural:

I - Parceria do Poder Público junto à iniciativa privada, à comunidade rural, às organizações não-governamentais, à comunidade científica, às instituições públicas internacionais e aos demais órgãos e instituições do poder público;

II - Compatibilização nas atividades de Turismo Rural com os princípios do desenvolvimento sustentável

III - conscientização da população local sobre a importância do Turismo Rural, bem como a sua motivação e a capacitação para realização da atividade, por intermédio das instituições habilitadas;

IV - Preservação e combate da poluição ambiental;

V - O aumento da renda familiar, a promoção de ações de incentivo ao desenvolvimento econômico da região e a fixação do homem nas comunidades rurais.

Percebe-se que o município possui órgão de financiamento e fomento ao turismo, instituído pelo poder público municipal, regulamentado em lei e que está incumbido de auxiliar a atividade turística por meio da promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção e preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e artístico, visando o desenvolvimento sustentável do turismo no município (Lei nº 3.301, de 27 de maio de 2013).

Além disso, Timóteo possui uma política de fomento a um segmento específico do turismo, o turismo rural, instituída pela Lei nº 3.088 de 26 de julho de 2010, a principal legislação de incentivo ao turismo do município. Essa política tem por objetivo incentivar atividades

turísticas na área rural do município, principalmente nas localidades em que há desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Por fim, informa-se que a FJP mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹²”. Em 2013, os gastos orçamentários de Timóteo na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O município de Timóteo participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Timóteo integra o Circuito Turístico Mata Atlântica de Mina¹³, constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce, a saber: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo.

Em cada um dos municípios integrantes do referido Circuito encontra-se uma porção da riqueza natural da região, que possui a maior reserva contínua de Mata Atlântica e o terceiro

¹² O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

¹³ http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85

maior complexo lacustre da América Latina, com 42 lagoas, e onde já foram identificadas mais de 1.000 espécies de vegetais e animais características do Parque Estadual do Rio Doce. Somam-se a isso cachoeiras, trilhas, natureza preservada, hospitalidade, história e modernidade.

O município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa a investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição foram inventariados cinco meios de hospedagem na zona urbana do município. Somando a infraestrutura dos meios de hospedagem inventariados em Timóteo tem-se 182 unidades habitacionais e 261 leitos.

- Delux Hotel
- Green Valley Hotel
- Hotel Dom Henrique
- Flamboyant Hotel
- Alameda Hotel

Tabela 8 Meios de Hospedagem em Timóteo

Delux Hotel



Green Valley Hotel

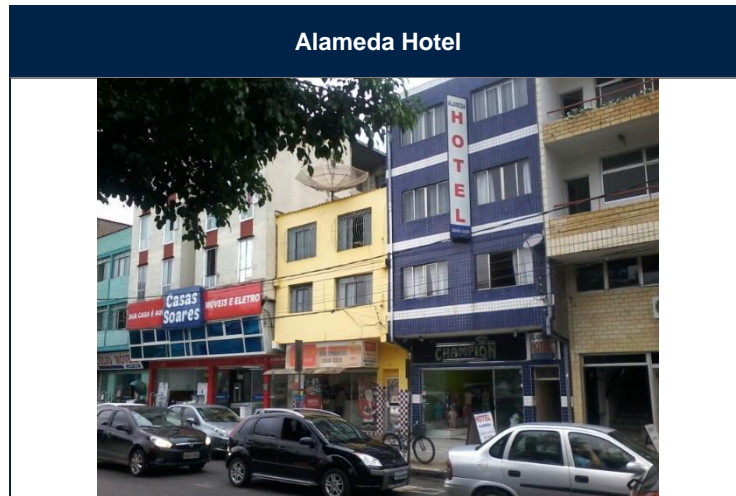


Hotel Dom Henrique



Flamboyant Hotel





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

No segmento de Alimentos e Bebidas foram inventariados 39 estabelecimentos que prestam serviços remunerados.

Os estabelecimentos inventariados são os que se seguem:

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Timóteo





**EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL**
pesquisa e projetos



Monte Alto Restaurante



Mais Sabor Lanches



Flor de Sal Restaurante



Maison Nature





**EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL**
pesquisa e projetos



D & N Restaurante



Pizzaria Mangiare



Bar do Dilsinho



Oficina do Pastel





Aroma



Restaurante do Jarbas



Café de Casa



Cultura Pub





EXPRESSION
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

Pastel & Cia



Sushi Beer Delivery Buffet



Tropick Açai



Rei das Pizzas





Pé de Pano



Zeppelin Gourmet



Don Patrício Bruder Rock Bar



Recreio





Açaí Soul



Restaurante Sabor Caseiro



Subway



Zeppelin Lanches





Tia Eliana



Longuinho



Marcellu's Lanches



Miguelito's





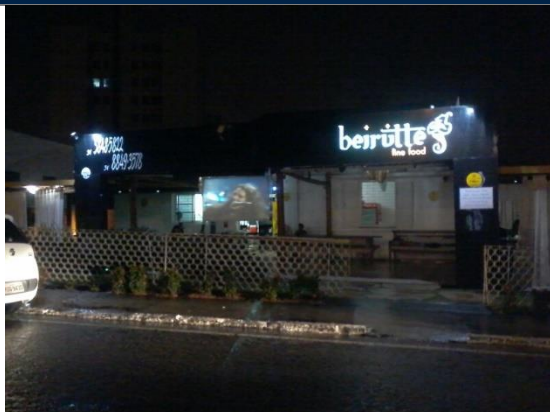
Bar e Petiscaria Tribunal da Brasa



Kuka's Pizzaria



Beirutte



Tenkai Culinária Japonesa





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

As pesquisas de campo possibilitaram identificar dois pontos de táxis no centro da cidade, além da locadora de veículos Localiza, no bairro Centro Norte.

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

As pesquisas de campo realizadas em Timóteo em 2016 possibilitaram inventariar a empresa CVC e a Aeroway Viagens e Turismo, como prestadoras de serviço de agenciamento turístico. As duas empresas são agências do tipo emissivo.

Tabela 10 Agências de turismo no município de Timóteo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Locais e templos de fé/edificações

Foram inventariados nove locais e templos de fé em Timóteo, a saber:

Tabela 11 Locais e templos de fé de Timóteo





Igreja Presbiteriana de Iguaçú



Igreja Católica do Timirim



Igrejinha do Centro



Igreja Internacional da Graça de Deus





Primeira Igreja Batista Acesita



Igreja Presbiteriana Acesita



Igreja de São Sebastião



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Timóteo. Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela união,

esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa no município de Timóteo. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, dentre outros.

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

Durante o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental em 2016, foram identificados 2 atrativos naturais. No entanto, é citado o Parque Estadual do Rio Doce pois parte deste localiza-se no município de Timóteo¹⁴

- O Parque Estadual do Rio Doce, referência geográfica, simbólica e identitária de todo o Vale do Aço. Cartão postal da região, essa Unidade de Conservação abriga a maior floresta tropical de Minas Gerais. Permite passeios de barco e bicicleta, trilhas, banho e pesca esportiva nas inúmeras lagoas, além de esportes de aventura. Encontra-se em bom estado de conservação, porém o acesso é parcialmente pavimentado e o parque parcialmente adaptado para pessoas com dificuldades de locomoção.
- O Pico do Ana Moura, na APA Serra de Timóteo, é o ponto mais alto do Vale do Aço com 980m, e o segundo mais alto de Minas Gerais, depois do Pico do Ibituruna, com 1.123m. Oferece dois acessos gratuitos: um pelo bairro Ana Moura, a menos de 12 km do centro da cidade, pavimentado até o cume; e outro acesso pelo bairro Petrópolis, a partir da BR-381, através de trilhas fechadas, para acesso a pé ou de bicicleta, cuja referência do caminho é a Pedra da Baratinha. É muito procurado para a prática de voo livre (duas rampas) e outras modalidades de lazer e esporte, como contemplação da paisagem, caminhada, trekking, mountain bike, rapel e montanhismo. Os serviços são limitados, ainda não é equipado com sanitários públicos, bebedouros e lanchonetes (em construção), e o espaço para estacionamento é pequeno.

¹⁴Optou-se por inventariar o Parque Estadual do Rio Doce em Marliéria posto que a maior parte do parque está localizada neste município.



- O Centro de Educação Ambiental Oikós, foi instalado em uma Área de Proteção Ambiental, inaugurada em 1993, de 989 hectares remanescentes da Mata Atlântica, que abriga 32 nascentes, 120 espécies vegetais e 110 espécies de aves, algumas raras, como o pavó. Considerado um paraíso ecológico no coração de Timóteo (Bairro Primavera), essa APA integra educação, pesquisa, preservação ambiental, mobilização comunitária, promoção cultural e ecoturismo. Espaço para aprendizado, diversão e contato com a natureza, é equipado com Centro de Visitantes, estação meteorológica, biodigestor, viveiro de mudas, trilhas e Passarela da Fauna, com réplicas em tamanho real e informações sobre os principais animais do local. O Cruzeiro e o Mirante, instalados a 741m acima do nível do mar, oferece visão privilegiada das cidades de Timóteo e Ipatinga, e vista parcial do Parque Estadual do Rio Doce. Moradores e visitantes desfrutam de caminhadas, arborismo, visitas científicas guiadas, parquinho, rapel, tirolesa e demais esportes de aventura.

Tabela 12 Atrativos Naturais

Equipamento do Centro de Educação Ambiental	Oikós e vista do mirante
	

Fonte: goo.gl/xQifK3



Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/noticias/noticias.asp?codigo=1510>

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos

governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 8 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Timóteo, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em Timóteo é uma atribuição do Departamento de Cultura, Esporte e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Trata-se, portanto, de órgão que acumula dentre as suas funções distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁵, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 08/10/2015, através do Processo 01400.062148/2015-82 da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Tal acordo tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município.

No contexto do processo de institucionalização da cultura em Timóteo, foi criado o Sistema Municipal de Cultura, através da Lei nº 3.906, de 22 de dezembro de 2015. No Artigo 11º da referida Lei, “O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura. ”

Os componentes do SMC estão expressos em seu Artigo 33:

Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura:

I- Coordenação: Secretaria de Educação e Cultura;

15 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

II- Instâncias de articulação, pactuação e deliberação: Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura de Timóteo - CMPPHAC e a Conferência Municipal de Cultura - CMC;

III- Instrumentos de gestão: Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura- PMDC, Lei de Incentivo à cultura, Fundo Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural;

Considerando que a adesão ao SNC é recente, o município tem prazos para aprovar seu Plano Municipal de Cultura, instrumento fundamental para o planejamento e gestão da política cultural municipal. Conforme se apurou¹⁶, o Plano está sendo discutido com a comunidade timotense em audiências públicas descentralizadas.

De acordo com os dados lançados pelo órgão na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura, IBGE, 2014¹⁷, entre outras ações, o município: mantém parcerias e realiza convênios com ONGs da área cultural; mantém biblioteca comunitária; realiza atividades de promoção do turismo cultural; mantém calendário ativo de festas e eventos; oferece cursos de formação, tendo sido citado o de gestão cultural; realiza ou dá apoio financeiro à realização de apresentações musicais, eventos e festas populares.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, vê-se que Timóteo possui um único conselho com mecanismo de participação e controle social das políticas de

16 Ver <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/3182/audiencia-publica-discute-plano-municipal-de-cultura>

17 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

cultura e de patrimônio. Informa-se que a Lei nº 3.272/2012, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura foi revogada pela Lei nº 3.353, de 07 de janeiro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e da Cultura de Timóteo.

Conforme expresso no Artigo 1º da supracitada Lei o Conselho é um “órgão de representação paritária do Poder Público e da Sociedade Civil e de assessoramento da administração pública, com funções normativas e deliberativas, objetivando proteger, fomentar e garantir as artes, a cultura e o patrimônio histórico de Timóteo-MG, nos termos desta Lei”.

Com 14 membros, o Conselho é composto por representantes das seguintes áreas:

- Representantes do Poder Público: dois membros da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude; e um membro de cada uma das seguintes secretarias municipais: Governo e Relações Institucionais; Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho e Emprego; Planejamento e Gestão; Comunicação Social; Educação, Ciência e Tecnologia.
- Participantes da sociedade civil: um representante de cada uma das seguintes áreas culturais: artes cênicas; artes visuais e mídias; arquitetura; música; manifestações de arte popular, folclore ou artesanato; dança; e um representante de Fundações.

Segundo informado em entrevistas realizadas com gestores municipais, em 2016, além de audiências e seminários para consulta pública, o município realizou uma Conferência Municipal de Cultura, em 2014. Dados do Ministério da Cultura indicam que Timóteo enviou representantes para a 1ª e a 3ª Conferência Nacional de Cultura.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Através do Artigo 18 da Lei nº 3.353/2014, foi criado o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e da Cultura de Timóteo¹⁸ que deverá ser “instituído por Decreto do Poder Executivo, o qual captará recursos e proverá o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e da Cultura de Timóteo de condições financeiras para a realização de suas ações”.

De acordo com seu Artigo 19º o aporte do Fundo poderá ser efetuado por meio de:

- I – Recursos consignados na Lei Orçamentária Anual do Município;
- II – Recursos oriundos da União, Estados, Município e organismos internacionais, por meio de convênios firmados para execução de ações culturais;
- III – Doações de pessoas físicas ou entidades privadas;
- IV – Receitas de aplicação financeira de recursos do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e da Cultura de Timóteo.

Embora já instituído, o Fundo não está em funcionamento e ainda não lançou edital para seleção de propostas.

O município possui, também, mecanismo legal de incentivo à produção cultural, através da Lei nº 1.379/1994, que dispõe sobre incentivos fiscais, nos termos da Lei de Organização Municipal. Em seu Artigo 1º a referida Lei estabelece que “o contribuinte do Município de Timóteo poderá usar como incentivo à produção e às manifestações culturais: literatura, artes cênicas, música, dança, artes plásticas e folclore, o imposto predial e territorial urbano

¹⁸ Substituída pela Lei nº 2.876, de 23 de setembro de 2008, que havia instituído o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC.

– IPTU”. Entretanto, tal mecanismo não está em funcionamento, dependendo, conforme estabelecido em seu Artigo 5º, de regulamentação por decreto do Poder Executivo.

A tabela a seguir apresenta os valores do orçamento municipal destinados para a cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁹.

Em tal fonte de dados constam aproximadamente R\$ 1,57 milhão gastos na função Cultura em 2014, o que corresponde a cerca de 1% do orçamento municipal anual executado à época. Deste total cerca de 52% foram destinados à subfunção Administração Geral, que se refere basicamente à manutenção do Departamento de Cultura e Esporte, pagamento de pessoal e custeio. Os 48% restantes foram gastos com a subfunção Difusão Cultural, na qual estão incluídas as ações de subvenção à Corporação Musical Santa Cecília (R\$ 21 mil) e a realização de eventos e festas no município (R\$ 729 mil), em especial a comemoração do Aniversário da Cidade.

Já no orçamento de 2015 o valor da função Cultura foi reduzido para pouco menos de R\$ 1,05 milhão, divididos em duas unidades distintas: Departamento de Cultura e Esporte; e Manutenção da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude. Este recurso corresponde a 0,7% do orçamento municipal realizado em 2015. Observa-se que 48% dos recursos foram destinados ao Departamento de Cultura e Esporte e os 53% restantes à Manutenção da Secretaria. Em ambos os anos a maior parte dos gastos - 84% e 72%, respectivamente - foi destinada à subfunção Administração Geral, relativa aos vencimentos e vantagens, bem como obrigações patronais do quadro de pessoal.

19 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Timóteo, 2014-2015

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	192.251.415,66	197.649.157,84
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	151.823.262,68	148.279.479,01
Departamento de Cultura e Esporte - Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	1.568.778,72	494.262,83
Subfunção Administração Geral (valor executado e liquidado)	818.568,30	416.588,83
Subfunção Difusão Cultural (valor executado e liquidado)	750.210,42	77.674,00
Manutenção da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude - Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	-	554.274,91
Subfunção Administração Geral (valor executado e liquidado)	-	397.554,24
Subfunção Difusão Cultural (valor executado e liquidado)	-	156.720,67

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 201620.

Não foram identificados no orçamento recursos destinados a ações de promoção e proteção do patrimônio cultural, ao Fundo Municipal de Cultura e tampouco à manutenção de programas e atividades culturais regulares.

Destaca-se que, segundo os indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social, o município apresentou oscilações e ligeiro aumento nos anos 2007, 2011 e 2013 quanto ao seu esforço orçamentário e aos gastos *per capita* em difusão cultural, ao mesmo tempo em

20 Apenas valores liquidados, os valores empenhados não foram aqui considerados.

que não foi registrado qualquer esforço orçamentário ou gasto *per capita* com atividades de preservação do patrimônio cultural.

Tabela 14 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Timóteo, 2007-2013

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	0,33	11,15	0	0,5
2011	0	9,94	0	0,5
2013	0	14,49	0	0,8

Fonte: Fundação João Pinheiro

Por fim, vale mencionar que Timóteo também já teve projetos aprovados na Lei Estadual de Cultura - Leic e no Fundo Estadual de Cultura – FEC, destacando-se, entre outros:

- Projeto Música Sem Fronteira IV, aprovado na Leic 2013 e patrocinado no valor de R\$ 601.540,00. Consistiu na realização de 10 apresentações de música da região, circulando pelas cidades de Timóteo, Coronel Fabriciano, Pingo D'Água, Marliéria e Jaguarapu.
- Projeto Preservação Cultural do Centro de Estudos da Cultura Ancestral Brasileira - CECAB -, Associação de Capoeira Lenço de Seda, aprovado no FEC/SEC 2006, cujo proponente foi o próprio CECAB. O valor liberado, de R\$ 24.000,00, foi destinado à recuperação e preservação do acervo de documentos e registros reunidos pelo CECAB durante trinta anos.
- Projeto Círculo de Cultura, do Grupo Pirilampo, aprovado no FEC/SEC 2012 no valor de R\$ 80.000,00, destinado a “desenvolver oficinas artístico-culturais de capoeira, grafite, comunicação, leitura, produção de escritos, dança, música, percussão, teatro e

técnicas circenses para crianças e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social, em polos culturais nos municípios de Timóteo e Antônio Dias”.

- Também no FEC/SEC 2013, o Grupo Pirilampo aprovou o projeto Rodas de Leitura, uma forma de brincar, no valor de R\$ 13.000,00, objetivando “ilustrar as atividades de rodas de leitura do Grupo Pirilampo com leitura teatralizada e cantigas de rodas e folclóricas para crianças de 6 a 12 anos, estudantes de escolas públicas. Adquirir novos livros para a biblioteca da ONG e intensificar as atividades de leitura compartilhada”.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Timóteo não possuía Inventário de Oferta Turística - INVTUR -, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Por isso, os dados e informações sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram gerados por meio de pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016.

3.2.2.2.1 Museus, galerias e demais espaços expositivos

Foram identificados três espaços expositivos no município de Timóteo.

A Fundação Aperam Acesita é uma edificação construída na década de 1950, como Casa de Hóspedes da então Acesita, e possui 2.500 m² de área construída. Preserva suas características originais e hoje, além da sede administrativa da Fundação, abriga um centro cultural (inaugurado em 1994), um teatro, um museu da empresa, salas para cursos e oficinas e espaço para exposições e eventos diversos. Os jardins e bosque recebem eventos como o Festival Arte Viva.

Também conhecida como Casarão da Rua Mateus Araújo, a Casa de Memória e Pesquisa do Legislativo de Timóteo é a edificação mais antiga do município, construída como residência de oito cômodos, em 1922. Após trabalhos de restauração, foi reinaugurada como Casa da Memória, em 2004. Promove visitas ao museu, recebe exposições e oferece sala de informática para pesquisas e inclusão social.

Já o Espaço Cultural Casa Laboratório é uma extensão da Casa Laboratório de Ipatinga. A Unidade Timóteo foi inaugurada no Bairro Timirim, em 2014, objetivando a formação artística em dança, teatro e música. O espaço conta com uma sala de espetáculos para apresentações de pequeno porte - até 50 pessoas -, jardim de convivência e oficinas culturais.

Tabela 15 Museus, galerias e demais espaços expositivos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Timóteo conta com uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal Raquel Pacífico Drummond. Instalada em espaço de 420m², em bom estado de conservação, ela possui um acervo de 25 a 30 mil livros, 12.750 leitores cadastrados e média mensal de 570 leitores. Recebe visitas da comunidade escolar e promove peças de teatro, saraus literários e café com leitura.

3.2.2.3 Atrativos Culturais

- Escola Estadual Getúlio Vargas

Construída em 1948, como Grupo Escolar Getúlio Vargas, no Bairro Funcionários, a escola organiza mostras literárias, feiras culturais e festas juninas.

A edificação foi tombada pelo Decreto nº 3.857/2008.



Figura 9 Escola Estadual Getúlio Vargas

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/>

- Escola Estadual Percival Farquhar

Projeto do Arquiteto Éolo Maia, de 1983, foi construída com a mesma técnica usada na região para os fornos de produção de carvão vegetal, com tijolos maciços. Foi tombada pelo Decreto nº 3.857/2008.



Figura 10 Escola Estadual Percival Farquhar

Fonte: Wólmer Ezequiel <http://www.timoteo.mg.gov.br/14/pontos-turisticos>

- Chafariz e Olhos d'Água

Conhecido como Biquinha. Datado de 1900, é o local onde moradores lavavam roupa e se abasteciam para uso doméstico. Tombado pelo Decreto nº 1285/1988.

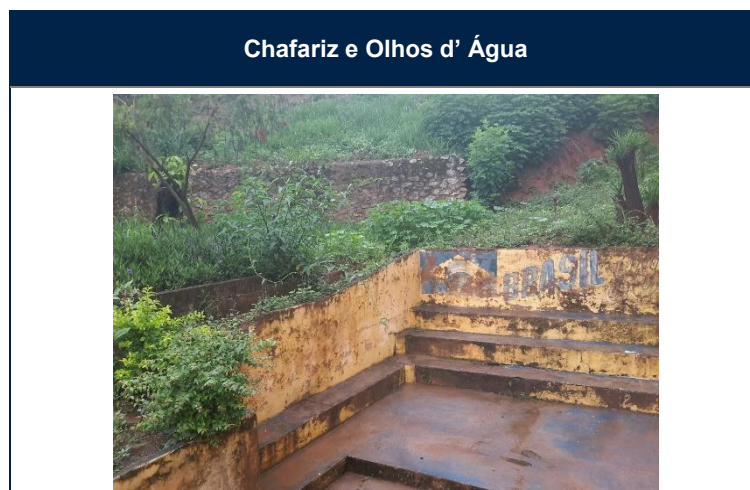


Figura 11 Chafariz e Olhos d'Água

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

- Antiga Escola Técnica de Metalurgia

A escola foi criada pela Cia Acesita e SENAI, em 1952, e desativada em 1994. A edificação, datada de 1963, encontra-se sob administração da Prefeitura e foi tombada pelo Decreto nº 3.856/2008.



Figura 12 Antiga Escola Técnica de Metalurgia

Fonte: Wólmer Ezequiel <http://www.timoteo.mg.gov.br/14/pontos-turisticos>

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis para Timóteo, na MUNIC 2014, apontam a presença de significativa diversidade cultural, com grupos e artistas em atividade em várias áreas. As principais manifestações mencionadas àquela época foram: grupos de música (banda, orquestra, coral), teatro, dança, culturas populares, capoeira, associação literária, escola de samba, blocos carnavalescos, artes visuais, gastronomia típica e produção artesanal, representada por objetos feitos com frutos, sementes e metal.

Tal diversidade foi confirmada pelos entrevistados na pesquisa de campo, que citaram alguns dos expoentes e grupos em atividade na cidade. É importante destacar que este documento não pretende realizar um cadastro ou listagem exaustiva de todas as manifestações culturais e artistas locais, mas oferecer uma visão panorâmica da diversidade cultural local.

Na música, destacam-se: a Corporação Musical Santa Cecília, fundada em 1950 que, além de apresentações, oferece curso de iniciação musical; a Corporação Musical Trombetas de Cristo, fundada em 1976; e o Coral da Aperam.



Figura 13 Corporação Musical Santa Cecília

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/15/eventos>

Também foi mencionado o Festival da Canção de Timóteo - o Uirapuru -, bem como a atuação no município do Coletivo Conteúdo Avulso, sediado em Coronel Fabriciano, município vizinho, e ligado à Rede Fora do Eixo. Entre suas atividades, encontra-se a promoção do Festival Grito do Rock.



Figura 14 Festival Grito do Rock

Fonte: Página do Facebook do “Conteúdo Avulso”

Na área da capoeira, destaca-se a atuação da Associação de Capoeira de Angola Lenço de Seda, integrante do Centro de Estudos da Cultura Ancestral Brasileira - CECAB -, com quase 40 anos de existência. Além de estudos e apresentações, realiza rodas de capoeira e oficinas em escolas do município.



Figura 15 2ª Chamada de Afoxé. Timóteo, 2012

Fontes: goo.gl/OGJqP1 e Página do Facebook do “Lenço de Seda Cecab”

Outra tradição local é o Congado, que tem no Grupo de Congado São Sebastião uma de suas principais expressões. O grupo foi criado no final do Século XIX, por um ex-escravo da Fazenda de Antônio Dias.

No campo das manifestações culturais tradicionais, também foi identificado o Instituto Cultural e Religioso Reino do Rosário (Guarda de Moçambique), grupo sem fins lucrativos, composto de 80 integrantes, que realiza um trabalho social, cultural e religioso.

Apresentações de grupos de Congado de Timóteo



Figura 16 Apresentações de grupos de Congado de Timóteo

Fontes: goo.gl/s2eQMm e goo.gl/ykL46H

Timóteo possui tradição na realização das festividades carnavalescas de rua, embora estas não estejam ocorrendo de forma regular nos últimos anos. Para a organização dessas festividades, o município conta com a Associação das Escolas de Samba de Timóteo – AEST, que representa as escolas Vai Quem Quer, Unidos do Quitandinha, Os Bocas Brancas, e Império da Sede. A AEST é a organizadora do carnaval, em parceria com a Prefeitura Municipal de Timóteo.

Na produção teatral, há vários grupos atuantes, entre eles o Grupo Pirilampo – ONG fundada em 2006 - e o Teatro Escola Cena Aberta - TEKA –, projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Timóteo com alunos das escolas públicas.

Na área do artesanato, foi citada a Associação dos Artesãos de Timóteo - Assoart -, que também realiza a Feira Metropolitana de Artesanatos - Femart -, de periodicidade mensal. Conforme apurado na referida Feira são expostos e comercializados produtos e artefatos para casa, roupas, acessórios femininos, objetos de *biscuit*, objetos de decoração, brinquedos de madeira, doces, entre outros produtos confeccionados de forma artesanal, além de haver espaço para a gastronomia local, shows e apresentações artísticas.

Feira Metropolitana de Artesanatos de Timóteo



Figura 17 Feira Metropolitana de Artesanatos de Timóteo

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/3191/localizacao.aspx>

É importante destacar que é intensa a produção e a programação cultural no município, ofertada sobretudo pela iniciativa privada. Nesse sentido, foram citadas as fundações de duas empresas sediadas no município: a Fundação Emalto e a Fundação Aperam Acesita.

A Fundação Emalto atende crianças e jovens com idades entre 09 e 25 anos e seus pais ou responsáveis, moradores de 35 bairros de Timóteo e Coronel Fabriciano. Foi criada em julho

de 2002 e realiza mostras culturais, cursos de formação na área musical e qualificação para o trabalho, além do Festival Literário, da Mostra Artística e do projeto Ponto de Música.



Figura 18 Aulas de música da Fundação Emalto

Fonte: <http://www.emalto.com.br/fundacao/galeria-de-fotos/>

Já a Fundação Aperam Acesita, foi criada em 1994 e atua por meio de programas próprios ou de patrocínio de projetos aprovados em leis estaduais e federais, com ações nas áreas de educação, cultura, meio ambiente e promoção social.

A Fundação também lança editais anuais para apoio a projetos sociais e culturais em toda a região. No edital 2016 foram contemplados quatro projetos de Timóteo, quais sejam: Rufem os Tambores: o batuque não pode parar, do Grupo Pirlampo; Adaptação do Berçário do Lar das Meninas Jesus de Nazaré; Inclusão Digital para os Recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC; e Realizando Sonhos, da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego do Celeste (Timóteo/Marliéria).

Cantata de Natal (2012) e show de fogos de artifício (2015). Fundação Aperam Acesita



Figura 19 Cantata de Natal (2012) e show de fogos de artifício (2015). Fundação Aperam Acesita

Fontes: goo.gl/f6l13Q e goo.gl/2G4DWE

É importante mencionar que a maior parte dos grupos, ONGs, fundações e espaços culturais atuantes em Timóteo, além de suas práticas artísticas e culturais regulares, também oferecem oficinas, cursos e atividades de formação artística e cultural.

Entre as diversas oportunidades existentes, destacam-se:

- Cursos de teatro no Espaço Cultural Casa Laboratório de Timóteo;
- Projeto TECA, da Secretaria Municipal de Educação, que oferece formação artística a jovens e adultos do município;
- Oficinas de capoeira oferecidas pela Associação Lenço de Seda;
- Oficinas artístico-culturais do grupo Pirilampo, tanto as oferecidas na sede da ONG, quanto em centros comunitários descentralizados e escolas públicas com ensino integral. Entre as modalidades ofertadas atualmente, constam oficinas de leitura compartilhada, teatro de palco, desenho, capoeira, dança, percussão, violão, oficina do escritor, oficina de rádio e de vídeo;
- Aulas de iniciação musical oferecidas pela Corporação Musical Santa Cecília;
- Cursos sediados pela Fundação Aperam Acesita, entre eles o de Gestão Cultural;
- Cursos da Fundação Emalto: violão, sax, flauta, teclado, bateria, musicalização, teoria musical, informática básica e especializada, de línguas - inglês e espanhol -, práticas administrativas, futebol e escola de pais.

Oficinas de teatro do Grupo Pirilampo



Figura 20 Oficinas de teatro do Grupo Pirilampo

Fonte: Página do Facebook da Ong Pirilampo

3.2.2.4 Calendário cultural

O calendário cultural do município de Timóteo se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano²¹:

- Janeiro – Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade;
- Fevereiro / março – Carnaval, com desfiles das escolas de samba e blocos;
- Abril - Aniversário da cidade, com shows nacionais;
- Maio – Fest Country, com shows de música sertaneja e rodeios;
- Maio / junho - Celebrações de Corpus Christi, com confecção de tapetes devocionais nas ruas;
- Junho e julho - Festas juninas;
- Julho - Romaria ecológica do Parque Estadual do Rio Doce, em sua 23ª edição;
- Julho / agosto - Encontro de Motociclistas, com shows;
- Agosto - Festa de São Cristóvão, em sua 35ª edição;

21 Ver <http://www.timoteo.mg.gov.br/15/eventos>

- Outubro - Festa do Rosário, com 47 anos de tradição no município;
- Novembro – Dia da Consciência Negra;
- Dezembro - Cantata de Natal da Fundação Aperam, apresentada pelo Coral da Aperam, composta por adultos, e o Coral Meninos Cantores, formado por crianças de 7 a 14 anos.

Representação teatral religiosa na Festa de São Sebastião



Figura 21 : Representação teatral religiosa na Festa de São Sebastião

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/15/eventos>

Festa do Rosário com apresentação de Congado



Figura 22 Festa do Rosário com apresentação de Congado

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/15/eventos>



Figura 23 Tapetes de Corpus Christi

Fonte: <http://www.timoteo.mg.gov.br/15/eventos>



Figura 24 Escola de Samba Bocas Brancas, campeã do Carnaval 2010

Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/pracas/noticias.asp?codigo=24>

Encontro de Motociclistas, 2015



Figura 25 Encontro de Motociclistas, 2015

Fonte: goo.gl/fw7V42

Cartaz Fest Country 2016



Figura 26 Cartaz Fest Country 2016

Fonte: goo.gl/Uqt7EE



Figura 27 Romaria Ecológica do Parque do Rio Doce

Fonte: goo.gl/uvaV5Y

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Atendendo ao disposto no Art. 216 da Constituição Federal, Timóteo instituiu a legislação de proteção do patrimônio cultural - Lei nº 2.397/2002 -, que também autorizou o poder público a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. O seu Artigo 1º estabelece que “Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular, existentes no Município que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação. ”

A Lei nº 3.353/2014 instituiu o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e da Cultura, que se encontra em atividade e com funções normativas e deliberativas de proteção, fomento e garantia das artes, da cultura e do patrimônio municipais.

Em 2015, Timóteo sediou o I Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço, realizado pela Prefeitura Municipal, com intensa participação daquele Conselho e

apoio do IEPHA, do Unileste/MG²², do CEFET/MG²³, e da Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integral - AMDI. O evento abrangeu todos os municípios da Região Metropolitana do Vale do Aço e do Colar Metropolitano (Portal do Município²⁴).

O Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural foi instituído em 2008, porém não se encontra regulamentado e em funcionamento.

Nos últimos anos, o município não tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural²⁵, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Segundo informações coletadas na Gerência de Cooperação Municipal do IEPHA (2017), o município de Timóteo entregou documentação no exercício de 2010 (2,30 pontos), exercício 2009 (3,60 pontos); exercício 2008 (1,70 pontos); exercício 2007 (3,60 pontos); exercício 2005 (4,00 pontos); exercício 2004 (3,00 pontos); exercício 2003 (0,60 pontos); exercício 2002 (0,30 pontos); exercício 1998 (3,00 pontos).

Todavia, para o exercício 2017, Timóteo obteve pontuação de 1,40. Parte desse resultado deve-se a um bem identificado no município, que é a Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, manifestação cultural protegida em âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Essa pontuação se situa muito abaixo da média dos

²² Centro Universitário do Leste de Minas fundado em 1969, tornou-se o maior complexo educacional do Vale do Aço.

²³ Maior instituição de ensino tecnológico do Estado de Minas Gerais, fundada em 1909, oferece formação acadêmica desde o técnico de nível médio até o doutoramento.

²⁴ <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/3050/i-seminario-regional-de-patrimonio-historico-e-cultural-do-vale-do-aco>

²⁵ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

municípios mineiros, que é de 7,83 para 2017. A maior pontuação do estado, atribuída ao município de Mariana, é de 58,50.

Essa fraca participação no ICMS Patrimônio Cultural corresponderá a pequeno repasse financeiro do Estado para o município em 2017, situação que pode ser aproveitada como alerta e estímulo para que Timóteo dê início a uma efetiva política pública de patrimônio, ampliando suas ações de preservação da memória.

O município tem grande potencial histórico para ampliar sua participação no ICMS Patrimônio Cultural, visto que já possui relevantes bens patrimoniais protegidos, quais sejam:

- Antiga tubulação de água do Morro Bela Vista,
- Chafariz e Olho d'Água – Biquinha, tombado pelo Decreto nº 1285/1988.
- Escola Técnica de Metalurgia, tombada pelo Decreto nº 3.856/2008.
- Escola Estadual Getúlio Vargas, tombada pelo Decreto nº 3.857/2008.
- Escola Estadual Percival Farquhar, tombada pelo Decreto nº 3.857/2008.
- Oratório do Divino Espírito Santo, da Escola Municipal Angelina Alves, tombado bem móvel / integrado,
- Parque do Rio Doce, Conjunto Paisagístico,
- Centro de Educação Ambiental Oikós, instalado em uma Área de Proteção Ambiental,
- Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, registro federal.
-

Outros bens encontram-se inventariados e são passíveis de proteção por Tombamento ou Registro, como a Casa de Memória e Pesquisa do Legislativo de Timóteo, a sede da Fundação Aperam Acesita, o Forno Hoffmann - todos na categoria Bens Imóveis -, e a Festa de São Cristóvão, na categoria Celebrações e Ritos.

3.2.2.5.1 Educação Patrimonial

Não foram identificados projetos ou programas de educação patrimonial no município, seja através das pesquisas de campo ou de fontes secundárias.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte;

desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Timóteo, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Timóteo é uma atribuição da Gerência de Cultura e Esporte, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Em entrevista realizada com o representante municipal, obteve-se a informação de que a Prefeitura Municipal de Timóteo promulgou, em 2009, a Lei Municipal nº 2.937, que “dispõe sobre a Política Municipal de Esporte e Lazer no Município de Timóteo e dá outras providências”, alinhando assim, com a Política Nacional do Esporte, que define como papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”. Tal lei tem como finalidade, de acordo com o seu Artigo 1º “fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, visando bem-estar, promoção social e inserção na sociedade, consolidando sua cidadania” (CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 2009). Todavia, não foram encontradas informações sobre a elaboração de um Plano Municipal de Esporte e Lazer em Timóteo.

Em entrevista, o representante municipal informou também que o município possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

O município dispõe do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 2351 de 05 de julho de 2001, revogada pela Lei Municipal 3.258 de 16 de julho de 2012 e, enfim, revogada pela atual Lei Municipal nº 3352 de 07 de janeiro de 2014. O referido conselho é consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, com representação paritária e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer. Em contrapartida, foi observada a existência das seguintes legislações municipais de incentivo ao Esporte e/ou Lazer Municipal:

- Lei Municipal nº 2752 de 10 de agosto de 2007, que dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo ao Uso de Bicicletas e Motocicletas e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 1.543 de 11 de julho de 1995 que, autoriza o Chefe do Executivo Municipal a instituir Programa de Incentivo e Apoio aos Exercícios Físicos e dá outras providências;
- Lei Municipal 1.416 de 11 de julho de 1994, que dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos desportivos amadores no âmbito do Município de Timóteo.

De acordo com o entrevistado, Timóteo possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, porém, ele não soube informar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. Ele informou que a Prefeitura utiliza de recursos próprios e recursos obtidos em parceria com o Governo Federal para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²⁶ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Timóteo nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,7% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual era de 0,2%. (FJP, 2013) O que representa um aumento de 0,5% no gasto orçamentário no período entre 2009 e 2013.

Vale ressaltar que o entrevistado informou que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o município de Timóteo tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2013, a Associação Ajudôu, que promove aulas de judô no contraturno escolar, teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 02/2013. O Projeto Esporte Cidadão foi desenvolvido em Timóteo e teve o seu valor 100% captado e a sua execução encerrada.

Em 2015, essa mesma instituição teve o projeto Ipon Social aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2015. Entretanto, a instituição proponente ainda não conseguiu captar o recurso financeiro necessário e o projeto ainda não foi realizado.

Nos levantamentos em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Futebol, Ciclismo, Corrida, Handebol e Vôlei.

²⁶ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²⁷, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que Timóteo “estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, possibilita notar que o município de Timóteo obteve 48 pontos e se posicionou em 197º lugar no ranking. Com efeito, o percentual financeiro que será destinado ao município será 0,038% do ICMS total arrecadado (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

27 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).



3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui quinze espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para recreação, lazer, realização de festas, eventos e atividades físicas, escolares, esportivas e culturais.

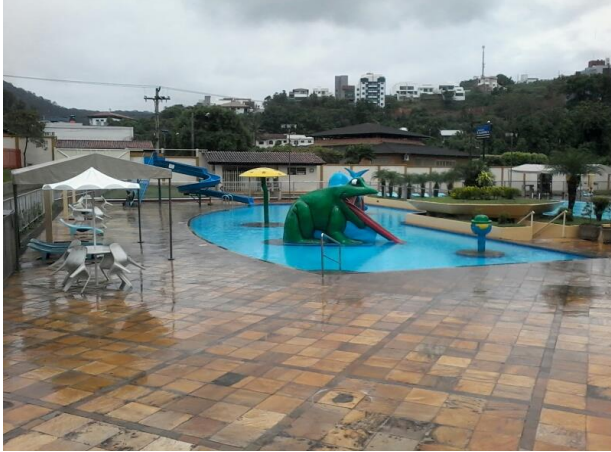
São os seguintes os espaços de esporte e/ou lazer inventariados:

- Asseit SESI FIEMG
- Acesita Esporte Clube
- Praça do Olaria
- Praça das Bromélias
- Área de Lazer São Cristóvão
- Praça da Prefeitura
- Centro de Convivência Trajando Quirino Bicalho
- Palmeiras Esporte Clube
- Praça em frente ao Beirutte
- Praça do Coliseu
- Associação de aposentados e pensionista de Timóteo.
- Praça 1° de maio
- Ginásio Poliesportivo Iorque José Martins
- Sítio Serra Verde
- Praça 29 de Abril



Tabela 16 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Acesita Esporte Clube



Praça do Olaria



Praça das Bromélias



Área de Lazer São Cristóvão





**EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL**
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

Praça da Prefeitura



Centro de Convivência Trajando Quirino Bicalho



Palmeiras Esporte Clube



Praça em frente ao Beirutte





**EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL**
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

Praça do Coliseu



**Associação de aposentados e pensionista de
Timóteo**



Praça 1° de Maio



Sítio Serra Verde



Ginásio Poliesportivo Iorque José Martins



Praça 29 de Abril



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Praça 29 de Abril é pavimentada, com áreas gramadas mal conservadas, equipada com academia ao ar livre, parquinho, bancos, área coberta e espaço para jogos de cartas.

A Praça 1º de maio é equipada com canteiros-banco gramados e arborizados, pavimentada, com academia ao ar livre e espaço com mesas para jogos de cartas. Recebe eventos e manifestações culturais diversas.

Já a Praça do Coliseu conta com ampla área pavimentada para usos diversificados, além de canteiros gramados e floridos, equipada com pista de caminhada, rampa para skate, academia ao ar livre, parquinho e anfiteatro com arquibancadas. De arquitetura peculiar e arrojada, a praça abriga atividades culturais como A Rua Declama, a Feira do Timirim e a Feira da Barganha.

A Praça das Bromélias, por sua vez, compreende um vasto espaço longitudinal com canteiros gramados e arborizados, e áreas pavimentadas, equipadas com academia ao ar livre e mesas e bancos para jogos.

A Praça da Prefeitura, cujo nome oficial não foi identificado, também possui academia ao ar livre além de ampla área gramada e florida.

Por fim, a Praça da Olaria é equipada com canteiros gramados e arborizados, áreas pavimentadas, bancos, postes de iluminação e parquinho. Uma outra praça também foi identificada nos trabalhos de campo, porém seu nome não foi identificado. Ela possui ampla área pavimentada e canteiros gramados com árvores.

O Centro de Convivências Trajano Quirino Bicalho, por sua vez, atende a pessoas de todas as idades em 12 núcleos do município de Timóteo: ginástica, futsal, karatê e capoeira, além de atividades artesanais e de teatro.

3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi elaborado por meio de pesquisa no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²⁸. Para isso, foram definidas de taxonomias com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁹. As taxonomias utilizadas foram: I) Timóteo E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Timóteo E barragem de Fundão.

A utilização das referidas taxonomias gerou inúmeros resultados para Timóteo, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação preliminar do impacto na imagem do município.

28 goo.gl/46bXSx

29 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

Tabela 17 Clipping de notícias - Timóteo

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Tragédia no Rio Doce	29/05/12	Superinteressante	goo.gl/MnN8CS	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BH/Samarco	01/12/16	O Rebate	goo.gl/KSuzOI	Regional	Neutro
Onde de lama de barragens deve chegar ao Espírito Santo na segunda feira	07/11/15	Agência Brasil	goo.gl/JprsSZ	Regional	Negativa
Ibama monitora avanço de onda de lama no rio Doce	10/11/15	Portal Brasil	goo.gl/iAPOsZ	Nacional	Negativo
Onda de lama de barragens chega ao ES na segunda e ao mar na terça	07/11/15	Em Gerais	goo.gl/lx9tSC	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia, veiculada no site Super Interessante³⁰, faz uma descrição do Evento. Segundo a matéria, a catástrofe já era “anunciada” e desde 2013 os moradores de Bento Rodrigues já ouviam comentários de que “algo não andava certo nas barragens da Samarco”. A matéria informa ainda sobre pedido de revalidação da licença para depositar os rejeitos de Minério em Fundão feito pela da empresa. Por fim, há uma breve descrição da falta de água no município de Governador Valadares devido à poluição do rio Doce. A notícia informa ainda que, após o Evento, especialistas alegam “lentidão da Samarco”.

30 goo.gl/MnN8CS



Fonte: Imagem do Parque Estadual do Rio Doce em Timóteo (Imagem retirada da reportagem)

A reportagem “Abaixo o crime premeditado e continuado da vale/bhp/samarco”³¹ exibiu forte cunho crítico, relatando as consequências danosas do Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, colocando-as como sinônimo de “impunidade e conivência dos poderes governantes”. Nela o município de Timóteo é citado entre os diversos municípios atingidos pelo Evento.

O sítio Agência Brasil divulgou matéria acerca da chegada da lama no rio Doce, na qual apresentou a lista de municípios atingidos, dentre esses, Timóteo. A matéria descreve os impactos causados pelo Evento e os estudos realizados no rio Doce para aferirem a qualidade da água, mas não faz menção direta a Timóteo.

Já a notícia divulgada no sítio do Portal Brasil menciona o acompanhamento feito pelo Ibama sobre a chegada da lama da mineradora Samarco a municípios banhados pelo rio Doce. A menção a Timóteo ocorre em uma listagem dos municípios atingidos pela lama. A reportagem também informa sobre os impactos esperados pelo Ibama com o rompimento da barragem.

31 goo.gl/KSuzOI

Por fim, o sítio Em Gerais divulgou a chegada da lama no rio Doce e informou que o Serviço Geológico do Brasil “monitora continuamente o Sistema de Alerta da Bacia do Rio Doce”, com intuito de alertar os 15 municípios que correm risco de enchente. Timóteo encontra-se na lista dos municípios que possivelmente seriam atingidos pelos rejeitos. Todavia, a notícia não faz abordagem detalhada ou específica sobre o município de Timóteo.

Verifica-se, de modo geral, que: (i) as matérias integrantes da amostra se referem a Timóteo em listagens dos municípios atingidos pelo Evento; (ii) Timóteo é mencionada em função dos impactos causados pela lama no Parque Estadual do Rio Doce; (iii) a segunda matéria apresenta um tom de denuncia das ações da Samarco; (iv) uma das matérias apresenta imagem de Timóteo, o que intenciona reforçar o conteúdo para o leitor; e (v) nenhuma das matérias apresenta o nome do município em seu título, ou faz abordagem específica dele.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos³² resultante do texto da notícia descrita e analisada. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Rio Doce”, “Samarco”, “Fundão” e “Vale”, que, à princípio, não figura conotação negativa. Ainda que tenham sido encontrados termos essencialmente negativos, a exemplo de “revolta” e “crime”, observa-se, todavia, que os mesmos aparecem com menor frequência.

32 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁴ e a Onda Política³⁵ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁶ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁷, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 18 Síntese de Citações

Município de Timóteo		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/1TTPL2	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/pITJEn	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

34 goo.gl/BcEHVc

35 goo.gl/x1VYhC

36 Organização Não Governamental

37 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Na tabela acima é possível observar que o município de Timóteo foi mencionado em uma publicação do recorte. Em “PoEMAS³⁸ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁹, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são organizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil⁴⁰.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás⁴¹. No documento, observa-se que a primeira menção a Timóteo ocorre em uma listagem⁴² na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce⁴³.

38 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

39 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

40 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

41 goo.gl/Ry1Shs

42 Página 55.

43 Página 62.



Síntese

4 Síntese do diagnóstico

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, fica reafirmada a ideia que, de fato, em Timóteo o Sistema de Turismo está parcialmente consolidado de acordo com as diretrizes nacionais e estaduais do setor, faltando se integrar ao ICMS turístico e implementar seu PMT. Diagnostica-se, no entanto, que, embora seja muito importante, o município carece de algumas estruturas organizacionais básicas que necessitam ser de fato implementadas e postas em prática, tais como o COMTUR e o FUMTUR. Isso demonstra a preocupação afirmada com o setor, sendo este muito importante para o desenvolvimento econômico local, conforme aponta o gestor entrevistado.

As potencialidades observadas no município são: o Parque Estadual do Rio Doce, o turismo de eventos, a trilha do Juquita, o turismo cultural, a Festa do Rosário, a Romaria do Parque, as festas *countries*, Cantata de Natal e o artesanato que identifica a cidade.

Já as principais dificuldades para o desenvolvimento do turismo no município são: a falta de foco no turismo pela gestão pública municipal e regional, a incipiente “exploração” dos atrativos naturais e a falta de um centro de informações turísticas, a incipiente relação entre o poder público e a iniciativa privada.

4.2 Cultura

Como foi possível perceber ao longo deste diagnóstico, o município de Timóteo tem significativa diversidade cultural e também ampla oferta de atividades artísticas e culturais, em suas várias áreas.

O município também vem avançando no sentido de se alinhar com a concepção de estruturação sistêmica da política de cultura no país, em articulação com as instâncias

estadual e federal, empenhando-se em elaborar as legislações e instrumentos necessários a tal alinhamento. Nesse sentido, Timóteo está elaborando, com participação da comunidade, seu Plano Municipal de Cultura e já possui lei, fundo e conselho unificado de cultura e patrimônio cultural.

Porém, é fundamental frisar que vários destes instrumentos da política pública e suas respectivas legislações não estão em funcionamento – como é o caso do Fundo de Cultura e Patrimônio – pois dependem de decreto de regulamentação específica, bem como de destinação de recursos para seu funcionamento.

Além disso, grande percentual do orçamento municipal para a cultura é destinado à realização de eventos, restando pouco ou nenhum recurso aplicado em programas e políticas culturais continuadas e na proteção e promoção do patrimônio cultural, material ou imaterial.

É fundamental destacar que o município tem perdido recursos e oportunidades orçamentárias por não participar da política do ICMS Patrimônio Cultural, o que pode contribuir para incrementar a ação cultural e a proteção do patrimônio no município.

Conforme informações constantes do DRP Cultural, elaborado no município em 2011⁴⁴, Timóteo tem como pontos fortes na área cultural: diversidade de manifestações; presença de patrimônio cultural; boa localização geográfica e integração / mobilização regional; economia dinâmica, com presença de grandes e médias empresas com potencial de patrocínio; existência de Secretaria de Cultura e seus instrumentos; presença ativa da fundação Aperam; existência de agenda cultural regular; quantidade, qualidade e boa distribuição espacial dos equipamentos culturais.

Por outro lado, foram apontadas como fraquezas do município: ausência de política pública cultural consolidada; falta de lei de incentivo à cultura; falta de capacitação dos quadros da

44 Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Timóteo. Tal documento foi produzido em março de 2011, no contexto da Oficina de elaboração, captação e gestão de projetos culturais, realizado pela Superintendência de Ação Cultural da Secretaria de Estado da cultura de Minas Gerais – SAC/SEC, do qual participaram artistas, produtores e gestores culturais da região.

cultura; pouca integração entre os grupos; falta de estrutura nos espaços físicos; falta de conhecimento dos empresários sobre os instrumentos de incentivo fiscal e dificuldade de captação de recursos.

Observa-se que, apesar de já passada meia década desde a elaboração do referido DRP, muitos dos problemas continuam semelhantes ou os mesmos, e apontam para a necessidade de investimento público de maneira planejada e direcionada para a melhoria da política cultural no município, bem como para o fomento da ação comunitária e privada na área artística e cultural, democratizando o acesso não apenas à fruição cultural, mas também à sua produção.

Finalmente, vale destacar como potencial diferencial do município a atuação da iniciativa privada por meio das fundações Emalto e Aperam Acesita, que desenvolvem projetos próprios e, no caso desta última, também patrocina projetos culturais de terceiros, beneficiando a população do município e da região.

4.3 Esporte e Lazer

Timóteo apresenta estrutura de gestão da política de esporte e lazer bem organizada. Embora esta política não seja objeto de gestão de uma Secretaria Municipal exclusiva, ela é atribuída a uma gerência específica, a Gerência de Esporte e Lazer.

Tal constatação pode ser confirmada com o fato de existir uma legislação regulamentada e específica que norteia a Política Municipal de Esporte e Lazer, além de outras legislações que apoiam e incentivam uma política esportiva e de lazer municipal. Entretanto, foi verificada a não existência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes.

O entrevistado informou ainda que existe uma dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, porém, ele não soube especificar o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio ao Esporte e Lazer.

Foram encontradas informações sobre a participação de Timóteo em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais;

execução de projeto esportivo através da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, e aprovação, embora sem a captação de recursos financeiros, de outro projeto.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, fundamental na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se ativo, possibilitando, assim, a participação de Timóteo em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como, o ICMS Solidário – Critério Esportivo, e, conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Entretanto, analisando o inventário de equipamentos voltados para a prática do esporte e do lazer, levantados em pesquisa de campo, foi possível perceber que o município de Timóteo tem bons equipamentos e grande potencial para desenvolver atividades para este setor. Porém, ainda assim, analisando a pontuação e posicionamento no ranking do ICMS Solidário – Critério Esportes – ano base 2015, e o resultado apresentado pela pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, verifica-se que Timóteo está muito aquém de suas possibilidades em suas ações de promoção, fomento e apoio ao Esporte e Lazer.

O representante municipal entrevistado reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois promove saúde e bem-estar às pessoas que participam das atividades. Segundo ele, esporte e saúde é consequência uma da outra. Ele entende que o futebol, ciclismo, corrida, vôlei, handebol e basquete são as maiores potencialidades, contudo, a falta de incentivo do poder público foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado afirma que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Timóteo. Em sua opinião, o lazer e o esporte andam juntos e são de extrema importância para saúde do corpo e da mente. O jogo de baralho em praças, as academias ao ar livre e as praças revitalizadas são as maiores potencialidades observadas do Lazer no município.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



- Envolvimento e apoio maior do poder público e privado;
- Maior envolvimento da sociedade civil nas atividades.

Além disso, a capacitação profissional dos agentes públicos, e a ampliação dos investimentos em programas de esporte e lazer com atividades contínuas e diversificadas, aproveitando a boa infraestrutura do município, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											



	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva												
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												

Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A figura abaixo apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 29 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura, a seguir:

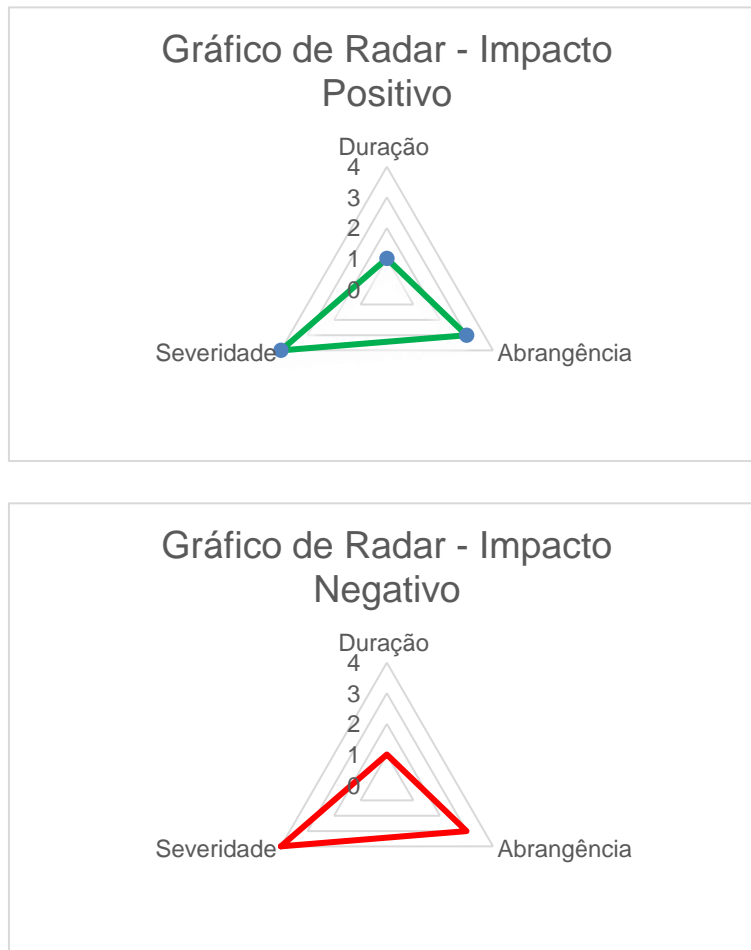


Figura 30 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 31 exemplifica a classificação da Significância dos impactos:

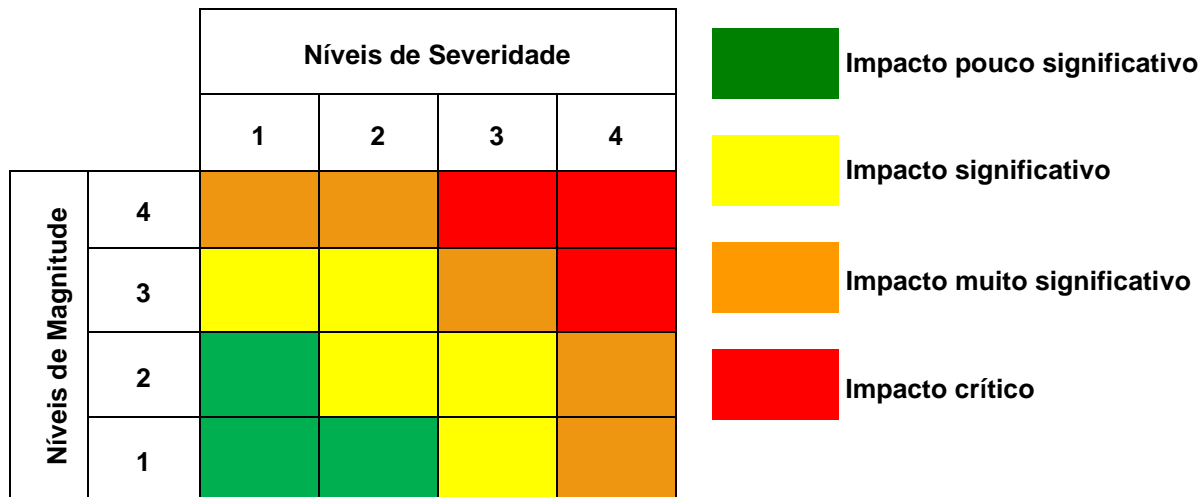


Figura 31 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.



Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.



Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;



- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;



- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado os meios de comunicação e a ciência. As informações e mensagens difundidas, bem como os resultados dos estudos e pesquisas realizadas revelam importantes aspectos sobre o Evento, mas podem, por outro lado, impactar negativamente a imagem dos municípios atingidos.

Para avaliar a repercussão do Evento e seus eventuais impactos na imagem do município foi elaborado um *clipping* de notícias por meio de pesquisas no principal sítio de busca da *internet*, o *google*, e também um recorte amostral da produção acadêmica, conforme apresentado na seção de diagnóstico.

Dentre as cinco matérias jornalísticas que compuseram a amostra do “clipping de notícias”, quatro apresentaram teor “negativo” e um teor “neutro”. Três foram veiculadas em órgãos de alcance regional e duas em órgãos de alcance nacional.

De modo geral, as matérias se referem a Timóteo em listagens nas quais constam os municípios atingidos pelos rejeitos decorrentes do Evento, ou em razão de o município abranger parte da área compreendida pelo Parque Estadual do Rio Doce. Salienta-se que em uma das matérias foi veiculada imagem do município. Porém, nenhuma das matérias traz o nome do município em seu título ou objeto ou se constitui em objeto de abordagem específica.

Na nuvem de termos presentes nas matérias jornalísticas os mais presentes são: “Rio Doce”, “Samarco”, “Fundão” e “Vale”. Embora tenham sido registrados termos “negativos”, a exemplo de “revolta” e “crime”, esses apresentaram pequena frequência.

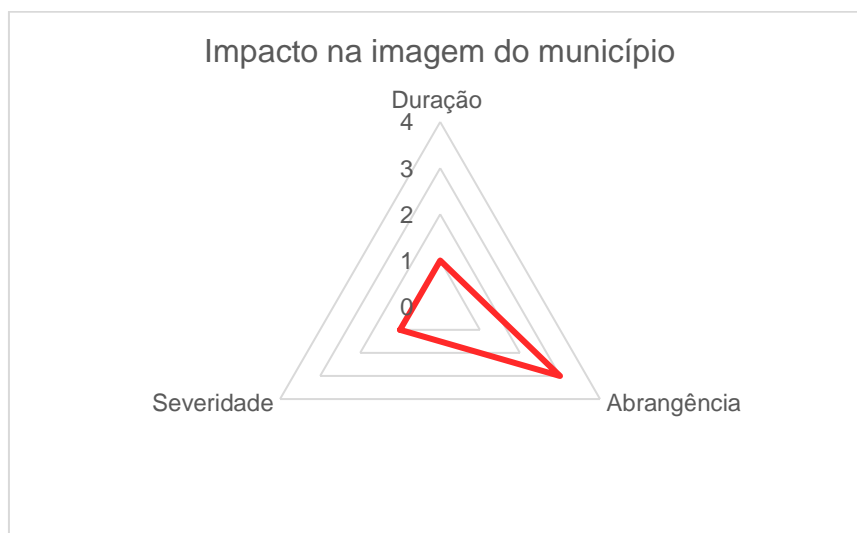
A análise da produção acadêmica evidencia que o município é mencionado em um dentre os oito estudos que compõem o recorte amostral. Em tal estudo, o município é citado em

listagem na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

Salienta-se que a imagem do município foi impactada de modo associado à interpretação de que o Parque Estadual foi atingido em seus atributos naturais.

Face ao que se expôs, avalia-se ter havido impacto de natureza negativa na imagem do município, embora esse seja baixo em termos de duração (1) e severidade (1). Todavia, considera-se a sua abrangência (3) como municipal.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência (3) e severidade (1) do impacto em tela, avalia-se o mesmo como significativo (2).

5.2.2 Impacto Ambiental e na Paisagem

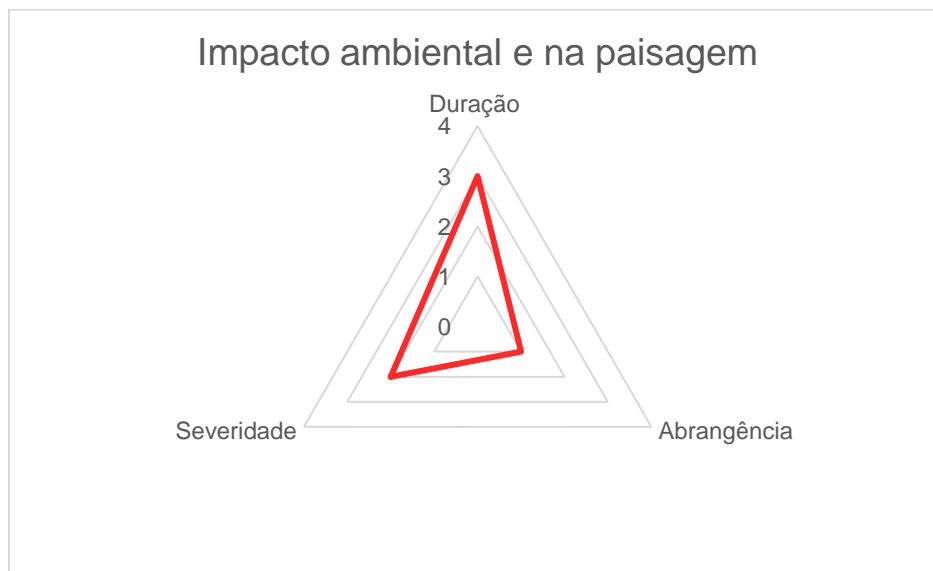
Em seu traçado no município de Timóteo o rio Doce atravessa o território do Parque Estadual do Rio Doce - PERD, importante unidade de conservação, gerida pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF.

O despejo dos rejeitos da barragem de Fundão alterou a paisagem do rio Doce e suas imediações no território compreendido pelo PERD, em Timóteo. Conforme informado pelo gerente da referida Unidade de Conservação, os rejeitos teriam se concentrado na calha do rio, não afetando significativamente as suas margens e tampouco atingido as diversas lagoas existentes no Parque.

Todavia, o efeito indireto do Evento sobre o PERD foi o aumento da pressão para pesca e caça ilegal em suas lagoas, devido à contaminação das águas do rio Doce. Impossibilitados de manter sua tradicional atividade de pesca no Rio Doce, pescadores que vêm tentando migrar a atividade para as lagoas do Parque, onde a pesca é proibida.

Face ao que se expôs considera-se o impacto em tela negativo (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (1), e longa duração (3). Considera-se a sua severidade como média (2), uma vez que afetou parcialmente o ambiente e a paisagem.

Gráfico 3 Impacto ambiental e na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

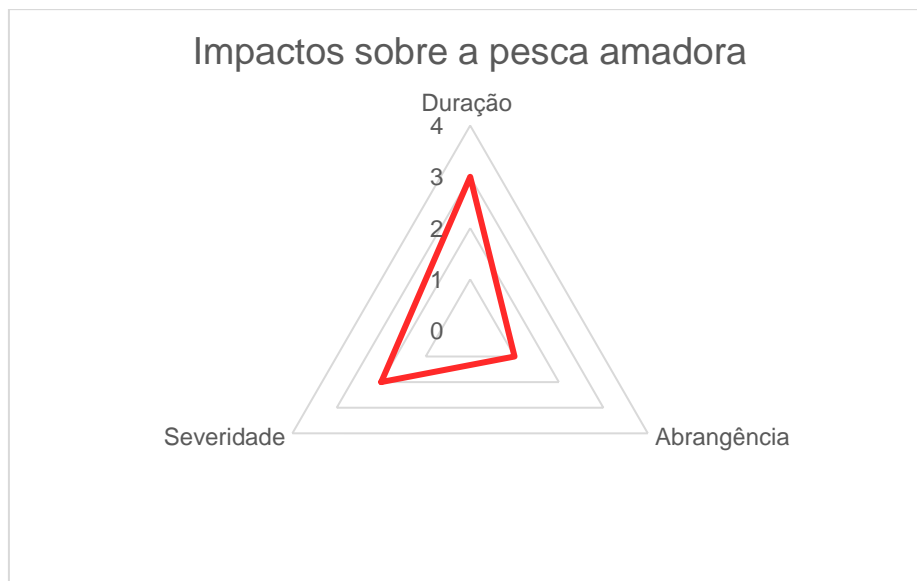
Consideradas a abrangência (3) e a severidade (1) do impacto em tela, avalia-se o mesmo como significativo (2).

5.2.3 Impacto Econômico no Setor de Turismo

Conforme exposto na seção de diagnóstico, foram inventariados 39 estabelecimentos no segmento de Alimentos e Bebidas, que prestam serviços remunerados em Timóteo. Em dois estabelecimentos desse segmento seus respectivos proprietários afirmaram ter havido impacto decorrente do rompimento da barragem de Fundão em suas atividades comerciais, tendo ficado impossibilitados de servirem peixes regionais e produtos orgânicos de produtores que foram diretamente atingidos. Dessa forma, ambos os entrevistados associaram o Evento à queda na comercialização de produtos e serviços em seus estabelecimentos, um deles afirmou ainda que, por consequência, houve diminuição no número de empregos diretos e indiretos gerados.

Esse impacto negativo sob o viés econômico no setor de turismo (IN) decorre indiretamente do rompimento da barragem de Fundão (II), tem abrangência localizada (1), e, estima-se, longa duração (3). A sua severidade é avaliada como média (2).

Gráfico 4 Impacto econômico no setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência(1) e a severidade (2) do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo (1).

Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento	Menções ao município em matérias jornalísticas e estudos acadêmicos sobre o Evento.	IN	II	3	1	2	2	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto econômico no setor turístico	Diminuição de vendas em dois estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas	IN	II	3	1	2	1	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Impacto ambiental e na paisagem	Alteração da paisagem no rio e imediações, sobretudo no PERD.	IN	ID	3	3	2	2	Requalificação Ambiental	1	1	1
----------------------------------------	---------------------------------------------------------------	----	----	---	---	---	---	--------------------------	---	---	---

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 22 - Listagem de participantes de reunião institucional em Timóteo

Nome	Nome do órgão/setor
Silvia Araújo Nunes	Assistente Administrativo Planejamento
Marcio Silva	Coordenador de Esporte e Lazer
Cecília Siqueira	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Roberto Paiva	Divisão de Cultura
Keisson Drumond	Prefeitura Municipal

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 23 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica / Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/05/2014&jornal=3&pagina=19&totalArquivos=268), ACESSO EM: 20/12/16.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

EU AMO IPATINGA, HISTÓRIA DO CARNAVAL DE TIMÓTEO, DISPONÍVEL EM: <http://euamoipatinga.com.br/pracas/noticias.asp?codigo=24>, ACESSO EM: 20/12/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. TIMÓTEO. DIPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://IMRS.FJP.MG.GOV.BR), ACESSO EM: 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SITIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM: www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/, ACESSO EM: 15/12/2016.

FUNDAÇÃO APERAM, DISPONÍVEL EM: <http://brasil.aperam.com/sustentabilidade/fundacao-aperam-acesita/a-fundacao/>. ACESSO EM: 22/12/2016.

FUNDAÇÃO EMALTO, DISPONÍVEL EM: <http://www.emalto.com.br/fundacao/galeria-de-fotos/>, ACESSO EM: 22/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN). ACESSO EM: 10/01/2017.

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, DISPONÍVEL EM:

<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1957-romaria-ecologica-movimenta-o-parque-estadual-do-rio-doce-no-fim-de-semana>. ACESSO EM: 08/12/16.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO. EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf>.

Acesso em: 8/12/16.

JORNAL BAIROS.NET, Instituto Reino do Rosário representa Timóteo na tradicional festa de Nova Era, 27/10/2016. Disponível em:

<http://www.jornalbairrosnet.com/2016/10/instituto-cultural-reino-do-rosario.html>. Acesso em: 15/12/2016.

JORNAL DIARIO POPULAR, CASA LABORATÓRIO INAUGURA ESPAÇO CULTURAL EM TIMÓTEO. DISPONÍVEL EM: http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=8780, Acesso em: 15/12/2016.

JORNAL DIARIO POPULAR, REINO DO ROSÁRIO PARTICIPA DE FESTA EM FERROS E NOVA ERA, 21/10/2013. DISPONÍVEL EM: http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=6628. Acesso em: 15/12/2016.

LENÇO DE SEDA, AFROLHETIM, DISPONÍVEL EM:

<http://lencodeseda.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-02:00&max-results=11>. Acesso em: 12/12/2016.

LENÇO DE SEDA, PÁGINA DO FACEBOOK. DISPONÍVEL EM:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=295933033822652&set=a.295928283823127.71148.100002178732288&type=3&theater>, ACESSO EM: 12/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA -

MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSO EM: 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016.

DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:

http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: <http://www2.unwto.org/>. ACESSO EM: 20/12/2016.

PIRILAMPO, PÁGINA DO FACEBOOK DA ONG PIRILAMPO. DISPONÍVEL EM:

<https://www.facebook.com/ongpirilampo/photos/a.1134853586562625.1073741840.701728536541801/1134855993229051/?type=3&theater>, ACESSO EM: : 20/12/2016.

PLOX, CADERNO DE CULTURA. 39 FESTA DO ROSÁRIO TEVE INÍCIO NA ÚLTIMA SEXTA FEIRA EM

TIMÓTEO. DISPONÍVEL EM: <http://www.plox.com.br/caderno/cultura/39%C2%BA-festa-do-ros%C3%A1rio-teve-in%C3%ADcio-na-%C3%BAltima-sexta-feira-em-tim%C3%B3teo>. ACESSO EM: 20/12/2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE TIMÓTEO, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, 2016. ACESSO EM: 25/10/2016.

SENAC MINAS, MATA ATLÂNTICA DE MINAS, DISPONÍVEL EM:

http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85, Acesso em: 20/12/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: <
[HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017.

TIMÓTEO, SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DISPONÍVEL EM: <http://www.timoteo.mg.gov.br>, ACESSO EM: 10/01/2017.

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.